



23/11

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Ação Rescisória nº 0210619-6 (NPU. 0004328-76.2010.8.17.0000)

Autor: Lenilda Maria de Oliveira

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL POR NÃO CABIMENTO DA RESCISÓRIA COMO SUBSTITUTO RECURSAL NÃO CONHECIDA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR FALTA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO REJEITADA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DO DEPÓSITO DE 5% DO VALOR DA CAUSA REJEITADA. MÉRITO. CANDIDATA ELIMINADA DO CONCURSO DE SOLDADO PMPE POR PORTAR DOENÇA INCAPACITANTE. DESVIO DE SEPTO NASAL. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL REAPRECIAÇÃO DA JUSTIÇA DA DECISÃO POR MEIO DE RESCISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO RESCINDENDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Para aferir se determinada Ação Rescisória está ou não sendo utilizada como sucedâneo de recurso, necessário se faz ingressar na análise da pretensão formulada. Portanto, a preliminar de inépcia da inicial por não cabimento da rescisória como substituto recursal não deve ser conhecida por confundir-se com o próprio mérito da lide.
2. A preliminar de inépcia da inicial por ausência de certidão de trânsito em julgado deve ser rejeitada, pois há nos autos certidão de registro da sentença, e de que não houve interposição de recurso, de modo que, visando o máximo aproveitamento dos autos processuais, bem como o interesse das partes, impõe-se a aceitação de que tal ausência não macula a presente Ação, pois, pelos documentos presentes resta inquestionável o atendimento ao biênio legal previsto para interposição da rescisória. Preliminar rejeitada.
3. Quanto à ausência do depósito de 5% sobre o valor da causa exigido pelo inciso II do art. 488 do Código de Processo Civil, a autora requereu o benefício da gratuidade da justiça na inicial da presente ação, tendo juntado a



839
JK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

devida declaração de pobreza, ficando, assim, dispensada do depósito em questão. Preliminar rejeitada.

4. Pretende a autora a reforma da sentença de 1º grau que entendeu por manter sua eliminação no concurso de Soldado PMPE, do qual foi considerada inapta no exame de saúde por possuir desvio de septo nasal, e consubstancia seu pedido rescindendo na violação a literal disposição de lei, já que, segundo entende, o Edital exigiu requisito para aprovação sem lei que o amparasse.
5. No caso, entretanto, embora haja previsão de que o acesso a cargos públicos só pode ser obstado por requisito presente em lei, o entendimento adotado na sentença foi no sentido de que a condição de inaptidão em questão pode ser utilizada para afastar da carreira militar candidatos que não possuam os atributos necessários ao bom desempenho da função, cabendo à administração a análise dos requisitos impostos.
6. A ação rescisória não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso, tendo lugar apenas nos casos em que a transgressão à lei é flagrante.
7. As hipóteses de rescindibilidade da sentença são expressamente previstas em lei e devem ser interpretadas restritivamente, haja vista que a possibilidade de ataque à coisa julgada material é excepcional, já que albergada, inclusive, pelo texto constitucional - artigo 5º, inciso XXXVI.
8. Assim, como o posicionamento adotado na sentença correspondeu a um dos entendimentos previstos para o caso, rever a decisão por meio de rescisória corresponderia a rejulgar a questão, analisando a justiça do julgamento, possibilidade inexistente quando se trata de ação Rescisória.
9. Não houve violação a literal disposição de lei, mas atenção, pelo magistrado, aos entendimentos possíveis para o caso.
10. Rescisória julgada improcedente, por decisão unânime, com condenação da autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), ressaltando que sua cobrança fica suspensa enquanto perdurar a situação de pobreza que justificou a concessão da justiça gratuita, prescrevendo a dívida cinco anos após a sentença final, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50.

EDM



240
H

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Rescisória nº 0210619-6, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, não conhecer a preliminar de inépcia da inicial por não cabimento da rescisória como substituto recursal, rejeitar as preliminares de inépcia da inicial por falta da certidão de trânsito em julgado e de comprovante do depósito de 5% sobre o valor da causa e, no mérito, ainda sem discrepância, em julgar improcedente a Ação Rescisória, condenando a autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais), tudo nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

P. R. I.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



231
A

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Ação Rescisória nº 0210619-6 (NPU. 0004328-76.2010.8.17.0000)

Autor: Lenilda Maria de Oliveira

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

A autora, devidamente qualificada na inicial, através de seu advogado constituído através do instrumento procuratório de fl. 37, com fundamento nos artigos 485 e ss. do Código de Processo Civil, propôs a presente AÇÃO RESCISÓRIA contra o Estado de Pernambuco, com o intuito de rescindir a sentença de fls.39/44, que julgou improcedente seu pedido, mantendo a decisão que a considerou inapta no exame de saúde do concurso de Soldado PMPE 2003, por possuir desvio de septo nasal.

Sustenta a autora que não poderia ser considerada inapta no exame de saúde do concurso porque a doença que possui não causa incapacidade para o exercício da função almejada.

Alega, também, que não teve acesso ao resultado do exame realizado, nem mesmo ao laudo médico utilizado para embasar a decisão administrativa de sua exclusão, o que contraria as normas editalícias.

Destaca que o cabimento da Rescisória advém do descumprimento do art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil (quando violar literal disposição de lei), pois entende que houve descumprimento da Constituição Federal quando foi aceito requisito eliminatório no exame de saúde previsto apenas no Edital do concurso, e não em lei formal.

Por fim, apontando posicionamentos destes e. Tribunal favoráveis ao seu pleito, requereu a antecipação da tutela, indicando os pressupostos legais, e a procedência do pedido.

Juntou os documentos de fls. 37/161.

Tendo os autos sido encaminhados ao Ministério Público para emissão de parecer, este entendeu que deveria ser dada oportunidade para o Estado apresentar



232

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

contestação, e, após, ser ouvida a autora em réplica, destacando, também, que esta deveria ser intimada para apresentar a certidão de trânsito em julgado da sentença rescindenda. Contudo, esta última providência requerida pelo Ministério Público não foi atendida.

O Estado de Pernambuco apresentou contestação (fls. 188/196), trazendo as seguintes preliminares: i) inépcia da inicial por não cabimento da Rescisória como substituto recursal, ou seja, para rediscussão dos fundamentos jurídicos do acórdão; e ii) inépcia da inicial por ausência da certidão de trânsito em julgado e do comprovante de depósito de 5% do valor da causa.

No mérito, dispõe que não houve violação a literal disposição de lei, não merecendo acolhimento a Rescisória, pelos seguintes fundamentos: (i) utilização, pela administração, do seu poder regulamentar e discricionário para estabelecer critérios para acesso a cargos públicos, sendo, a doença em questão, causa incapacitante para o desempenho das funções; (ii) legalidade da eliminação da autora à vista do Edital do certame e das leis então vigentes; (iii) o Poder Judiciário não deve intervir na matéria em questão, sob pena de ingerência indevida no âmbito da discricionariedade administrativa.

Por fim, requer o acolhimento das preliminares, ou a improcedência do pedido.

Não consta a réplica.

O Ministério Público apresentou parecer (fls. 213/222), opinando pela rejeição das preliminares, e, no mérito, pela procedência do pedido.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 05 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



gym
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Ação Rescisória nº 0210619-6 (NPU. 0004328-76.2010.8.17.0000)

Autor: Lenilda Maria de Oliveira

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR NÃO
CABIMENTO DA RESCISÓRIA COMO SUBSTITUTO RECURSAL**

O Estado levanta preliminar de inépcia da inicial por não cabimento da rescisória como substituto processual. Vejamos.

Com efeito, para aferir se determinada Ação Rescisória está ou não sendo utilizada como sucedâneo de recurso, necessário se faz ingressar na análise da pretensão formulada. Portanto, como aludido questionamento confunde-se com o próprio mérito da lide, com este restará melhor apreciada.

Com tais considerações, **voto no sentido de não conhecer a preliminar ora arguida, por confundir-se com o mérito.**

É como voto.

Recife, 10 de ap de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



242
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Ação Rescisória nº 0210619-6 (NPU. 0004328-76.2010.8.17.0000)

Autor: Lenilda Maria de Oliveira

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO.

Fundamenta-se a outra preliminar de inépcia na falta da certidão do trânsito em julgado.

Destaco que às fls. 45 dos autos há certidão de registro da sentença, e, após, certidão atestando que não houve interposição de recurso pela parte autora, mas não constando, de fato, a certidão de trânsito em julgado. Ocorre que, conforme bem destacado pelo Ministério Público em seu parecer, visando o máximo aproveitamento dos autos processuais, bem como o interesse das partes, impõe-se a aceitação de que tal ausência não macula a presente Ação, pois, pelos documentos presentes, resta inquestionável o atendimento ao biênio legal previsto para interposição da rescisória.

Isto porque a certidão citada acima, atestando que não foi interposto recurso pelas partes (fls. 46), data de 17/07/2008, sendo, o trânsito em julgado, posterior a isso, e a presente Ação foi proposta em 17/03/2010, ou seja, antes do decurso de 02 anos, merecendo ser rechaçada, portanto, a citada preliminar.

Com isso, **voto no sentido de rejeitar a preliminar ora arguida.**

É como voto.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



g13
p

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Ação Rescisória nº 0210619-6 (NPU. 0004328-76.2010.8.17.0000)

Autor: Lenilda Maria de Oliveira

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DO
COMPROVANTE DE DEPÓSITO DE 5% DO VALOR DA CAUSA**

Quanto à ausência de pagamento de 5% sobre o valor da causa exigido pelo inciso II do art. 488 do Código de Processo Civil, a autora requereu o benefício da gratuidade da justiça na inicial da presente ação, por não ter condições de arcar com as custas processuais, tampouco com o depósito de 5% do valor da causa, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Como se sabe, tal benefício é conferido pelo ordenamento jurídico vigente a quem, comprovadamente, não possui condições de arcar com as despesas processuais para o exercício dos seus direitos.

Dispõe o artigo 4º da Lei Federal nº 1.060/50, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados:

A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Acerca da justiça gratuita, leciona Augusto Tavares Rosa Marcacini:

Por justiça gratuita, deve ser entendida a gratuidade de todas as custas e despesas, judiciais ou não, relativas a atos necessários ao desenvolvimento do processo e à defesa dos direitos do beneficiário em juízo. O benefício da justiça gratuita compreende o pleno exercício dos benefícios e das faculdades processuais, sejam tais despesas judiciais ou não. (Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p.31).



guy
K

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Inclusive, necessário destacar:

Assistência judiciária gratuita - [...], não se exige, como seu pressuposto, a miséria absoluta, podendo ser outorgada a quem tem até certos bens, uma vez que a lei não reclama seu sacrifício em benefício dos ônus processuais. Ademais, nada impede a sua condenação por força da sucumbência, a qual restará suspensa por 5 (cinco) anos, para que se encontrem recursos que a satisfaça. (Ap. Cív. n. 49.750, de Tijucas, rel. Des. Amaral e Silva, grifamos).

Assim, não é necessária a condição de miserabilidade para que a parte possa usufruir dos benefícios da Justiça Gratuita, bastando, para tanto, a comprovação da hipossuficiência e que os custos com o processo possam acarretar prejuízos ao sustento próprio e/ou da família.

No presente caso, compulsando-se os autos, verifica-se que foi acostada pela Recorrente declaração de hipossuficiência (fl. 38).

Portanto, em atenção à presunção de veracidade guardada pela declaração de hipossuficiência da autora, **voto no sentido de rejeitar esta preliminar.**

É como voto.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



215
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Ação Rescisória nº 0210619-6 (NPU. 0004328-76.2010.8.17.0000)

Autor: Lenilda Maria de Oliveira

Réu: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO – MÉRITO

De início, destaco que a verificação de violação a dispositivo literal de lei requer exame minucioso do julgador. Isso porque a ação rescisória não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso, tendo lugar apenas nos casos em que a transgressão à lei é flagrante. O fato de o julgado haver adotado a interpretação menos favorável à parte, ou mesmo a pior dentre as possíveis, não justifica o manejo da rescisória, na medida em que não se cuida de via recursal com prazo de dois anos.

A ação rescisória, de acordo com o artigo 485, do Código de Processo Civil, tem por objetivo desconstituir sentença de mérito, transitada em julgado, quando: (I) - *se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;* (II) - *proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente;* (III) - *resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;* (IV) - *ofender a coisa julgada;* (V) - *violar literal disposição de lei;* (VI) - *se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória;* (VII) - *depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;* (VIII) - *houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença;* e (IX) - *fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.*

Como se vê, as hipóteses de rescindibilidade da sentença são expressamente previstas em lei e devem ser interpretadas restritivamente, haja vista que a possibilidade de ataque à coisa julgada material é excepcional, já que albergada, inclusive, pelo texto constitucional - artigo 5º, inciso XXXVI.

Isto impede que este tipo de ação sirva como meio recursal, rediscutindo a matéria já decidida a fim de reformar o posicionamento adotado e no qual já reside o

Erik



946
JK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

manto da coisa julgada. Na verdade, a Rescisória é imprestável para rever a justiça da decisão fora das hipóteses citadas no art. 485.

Entende-se que *"a ação rescisória não é via adequada para a parte intentar rediscussão da causa, sem que estejam preenchidos os requisitos taxativos da lei para o cabimento desta via excepcional de demanda"*.¹

Dito isso, e compreendendo o caso ora posto em análise, vê-se que a autora pretende a reforma da sentença de 1º grau que entendeu por manter sua eliminação no concurso de Soldado PMPE, do qual foi eliminada no exame de saúde por possuir desvio de septo nasal, e consubstancia seu pedido rescindendo na violação a literal disposição de lei, já que, segundo entende, o Edital exigiu requisito para aprovação sem lei que o amparasse.

No caso ora em questão, o magistrado *a quo* analisou os fatos e as provas constantes nos autos, e posicionou-se no sentido de entender como válida a eliminação da candidata. Com isso, **rever a decisão por meio de rescisória corresponderia a rejulgar o caso, analisando a justiça do julgamento**, possibilidade inexistente quando se trata desse tipo de ação. **Não houve violação a literal disposição de lei, mas atenção, pelo magistrado, ao entendimento vigente.**

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com relação à hipótese do inciso V, do art. 485, do Código de Processo Civil, entende que *"para que a ação rescisória fundada no art. 485, V, do CPC, prospere, é necessário que a interpretação dada pelo 'decisum' rescindendo seja de tal modo aberrante que viole o dispositivo legal em sua literalidade. Se, ao contrário, o acórdão rescindendo elege uma dentre as interpretações cabíveis, ainda que não seja a melhor, a ação rescisória não merece vingar, sob pena de tornar-se 'recurso' ordinário com prazo de interposição de dois anos"*.²

¹ (STJ - AR: 508 SP 1996/0026937-8, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 14/12/2009, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 03/02/2010)

² (REsp. 9.086/SP, Relator Ministro Adhemar Maciel, Sexta Turma, DJ de 05/08/96).



947
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Desse modo, é com absoluta reserva que deve ser encarada a verdadeira avalanche de ações rescisórias que, no mais das vezes, têm sido utilizadas como sucedâneo de mero recurso, com prazo de dois anos, não se respeitando, com isso, a excepcionalidade da medida.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, DO CPC. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI. INEXISTÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. I. "A violação da lei que autoriza o remédio extremo da ação rescisória é aquela que consubstancia desprezo pelo sistema de normas no julgado rescindendo." (AgRg no REsp n. 983.372/PR, relator Ministro Luiz Fux, 1ª Turma, unânime, DJe 26/05/2010). II. Agravo improvido.³

Por conseguinte, a presente rescisória não deve ser acolhida, em virtude da evidente tentativa da autora em rediscutir o que foi decidido anteriormente, como se tratasse de um recurso.

Com tais considerações, **voto no sentido de julgar improcedente a presente Ação Rescisória.** Além disso, face ao resultado preconizado e atento às diretrizes dos §§ 3º e 4º do art. 20 do código de processo civil, **voto no sentido de condenar a parte autora nas custas e honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, ressaltando que sua cobrança fica suspensa enquanto perdurar a situação de pobreza que justificou a concessão da justiça gratuita, prescrevendo a dívida cinco anos após a sentença final, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50.

É como voto.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator

³ (STJ - AGRG NO AG: 1311103 TO 2010/0094335-8, RELATOR: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DATA DE JULGAMENTO: 16/09/2010, T4 - QUARTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 01/10/2010)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1º Câmara de Direito Público

Ação Rescisória n.º 0210619-6

Juízo de Origem: 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Magistrado Sentenciante: Dr. José Henrique Coelho Dias da Silva

Autora: Lenilda Maria de Oliveira

Advogada: Dr. José Foerster Júnior

Réu: Estado de Pernambuco

Procurador: Dr. Leônidas Siqueira Filho

MP-PE: Dra. Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Revisor: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE REVISÃO

Cuidam os autos de Ação Rescisória proposta em face da sentença exarada pela 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, com fulcro no art. 485, inciso V, do CPC, visando anular sentença que julgou improcedente o pedido autoral de nulidade do ato administrativo que considerou a Sr. Lenilda Maria de Oliveira inapta no exame médico impedindo-a de ser reintegrada no cargo de Soldado da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

A autora alega, em síntese, que a sentença rescindenda violou os art. 5º, inciso II, XIII, XXXV, art. 37, *caput*, I e II, art. 42, § 1º, art. 84, inciso IV, art. 142, § 1º, inciso X da Constituição Federal e art. 37, inciso IV da Constituição do Estado de Pernambuco, na medida em que o ato administrativo que a excluiu do concurso por apresentar desvio de septo nasal é ilegal, pois teve como base uma Portaria do Comando Geral, a qual define as "doenças, enfermidades ou moléstias" que considera incapacitantes para o exercício de cargo público, violando o princípio da legalidade.

Defende ainda que o desvio de septo nasal não acarreta comprometimento das atividades a serem desempenhadas no cargo, que não teve acesso ao laudo médico que a considerou inapta e que a

949
H

Banca Examinadora, a qual concluiu pela inaptidão, formada por uma Comissão de Saúde, não a submeteu a uma junta médica especializada.

A parte Ré, a seu turno, alega preliminarmente que a ação rescisória não é o meio apto para discutir a justiça ou injustiça da decisão, não podendo ser usado como substituto processual e que não foi juntada a certidão de trânsito em julgado, documento essencial para a propositura da demanda. Ainda em preliminar, aduz que a ausência do comprovante de depósito de 5% do valor da causa enseja a extinção do processo sem resolução do mérito.

No mérito, sustenta que a candidata foi considerada inapta, de acordo com a previsão da Portaria do Comando Geral nº 044/94/CRESEP (Anexo Único do Edital), a qual dispõe em seu item II, 4, como causa de incapacidade para ingresso na Polícia Militar de Pernambuco, a existência de desvio de septo nasal. A referida Portaria, por sua vez, foi baixada por autoridade competente para dispor sobre os exames de seleção para o ingresso na Polícia, conforme delegação contida na Lei Estadual 6.783/74, e faz parte do poder regulamentar e discricionário da Administração, não podendo o Judiciário intervir na matéria em questão.

O Edital do Concurso constante às fls. 106/112, especificou expressamente que a seleção seria composta de cinco fases: Prova Objetiva, Exames de Aptidão Física, Avaliação Psicológica, Investigação Social e Exames Médicos, todos de caráter eliminatório.

O Estado de Pernambuco aduz que se o exame em comento ressentiu-se de equívoco deveria ter sido provado através de perícia médica e que cumpriu o edital em todos os seus termos. A candidata ao se inscrever no certame tinha pleno conhecimento das condições de ingresso na carreira.

Instado a se manifestar o Ministério Público emitiu parecer às fls. 213/222, opinando pelo provimento da ação rescisória, por entender que a Portaria do Comando Geral restringe imotivadamente o acesso a cargos por parte de pessoas absolutamente capazes.

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminentíssimo Relator, o meu voto de revisão é proferido nos seguintes termos:

Em sede de **Preliminar** de inépcia da inicial por não cabimento da rescisória como substituto recursal:



- JSD
W
- () Acolhe;
() Rejeita;
(x) Não conhece.

Em sede de **Preliminar** de inépcia da inicial por ausência da certidão de trânsito em julgado:

- () Acolhe;
(x) Rejeita;
() Não conhece.

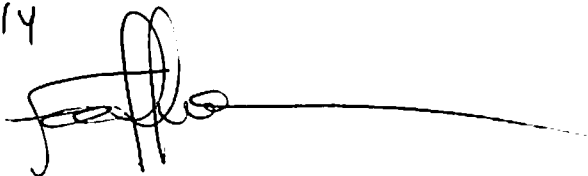
Em sede de **Preliminar** de inépcia da inicial por ausência do comprovante de depósito de 5% do valor da causa:

- () Acolhe;
(x) Rejeita;
() Não conhece.

No **Mérito**:

- () Procedência do pedido de rescisão do julgado.
(X) **Improcedência do pedido de rescisão do julgado devendo ser mantida em todos os seus termos a decisão proferida na primeira instância.**
() Inadmissibilidade da ação rescisória

Recife, 30/06/2014



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator